

## **TÍTULO:**

**Questões socio-políticas na moderna agricultura – o caso da suinicultura intensiva e sua interface com o ambiente**

**Autor:** Ventura, Ana Maria P.

**Morada:** SAGRAN

Apartado 156

7540-909 Santiago do Cacém

**E-mail:** [ventura.ana@sapo.pt](mailto:ventura.ana@sapo.pt)

**Área temática:** Que modelo de política agrária numa Europa alargada: revisão intercalar da PAC

## **Resumo:**

A comunicação que se pretende apresentar tem como base um Projecto de Desenvolvimento Experimental e Demonstração, o qual está a meio da sua execução e que envolve duas associações de agricultores e dois estabelecimentos de ensino superior. O objectivo do Projecto é a avaliação do uso agrícola dos efluentes da suinicultura na óptica da redução dos custos ambientais inerentes a essa prática. A área geográfica sobre a qual incide é uma parte do Alentejo Litoral, onde esta produção pecuária tem significativa expressão e onde existem várias zonas sensíveis do ponto de vista do seu equilíbrio ambiental.

Esta comunicação não pretende explorar e tratar os aspectos técnicos relacionados com o espalhamento de efluentes. Procura-se, primordialmente, uma breve problematização de algumas vertentes sociais e políticas associadas à suinicultura

(quicá a toda a pecuária intensiva) e ao ambiente. Destacam-se aqui questões como a aceitação dos efluentes como fertilizante, a racionalização de certas práticas agro-ambientais, o papel e o poder interventor de algumas entidades públicas e privadas e a organização de classe (neste caso em foco estão os suicultores).

## I – Enquadramento do tema

Esta comunicação surge a partir dum Projecto de Desenvolvimento Experimental e Demonstração que está em curso. Teve início em Abril do passado ano e o seu término será em 2005. A área geográfica sobre a qual incide é o concelho de Santiago do Cacém, no Alentejo Litoral.

Este concelho tem uma área de 1058,7 KM<sup>2</sup> e as actividades agrícolas predominantes são a ovinicultura, o montado de sobro, arroz e tomate nas áreas irrigadas, cereais de sequeiro e a suinicultura, com especial destaque para a de carácter intensivo. Esta conta actualmente com um efectivo de cerca de 8.000 reprodutoras e no momento do inquérito o conjunto de animais em recria e acabamento ascendia a cerca de 60.000 . A produção suinícola está relativamente organizada, podendo considerar-se uma exploração média a que conta com 130 a 150 porcas reprodutoras. Também os factores de produção a montante já se encontram no concelho, como é o caso da produção de rações e de marrãs. Deste breve resumo ressalta a importância económica desta actividade na zona e também o seu potencial impacte político e ambiental.

No impacte ambiental desta actividade o factor de maior peso é a produção de efluentes, para a qual é importante encontrar uma solução de destino final que seja aceitável do ponto de vista económico e que seja correcta do ponto de vista ambiental, à luz dos conhecimentos e práticas existentes. Com esta preocupação em mente surgiu a necessidade de estudar a solução de espalhamento de efluentes no solo, pois parece ser a mais adaptada às características da produção da zona e ao tipo de explorações agrícolas existentes. Dada a ausência de conhecimento aplicado sobre a matéria partiu-se para um Projecto, apoiado pelo PO AGRO Medida 8, Acção 8-1, o qual engloba a participação do Instituto Superior de Agronomia<sup>1</sup>, do Instituto Superior Técnico, da Florasul (Associação de Produtores da Floresta Alentejana) e da Sagra (Associação de Suinicultores dos concelhos de Santiago do Cacém, Sines e Grandola e limítrofes). A nível da execução do Projecto, já foi realizada toda a primeira parte que diz respeito à caracterização exaustiva das

---

<sup>1</sup> O Professor F. Cardoso Pinto, do Departamento de Química Agrícola e Ambiental, assume a coordenação deste Projecto, que tem como título: “Aplicação de efluentes de suinicultura no solo – demonstração da possibilidade da sua integração numa estratégia de resolução dos problemas ambientais no Litoral Alentejano”.

explorações suinícolas existentes, à realização de análises à água consumida e efluentes produzidos e ao estudo das características hidrogeológicas da área.

Esta comunicação não pretende apresentar os resultados técnicos do trabalho em curso, dado que os ensaios ainda estão no início. Pretende-se, isso sim, questionar alguns aspectos que parecem relevantes a partir do trabalho já realizado e que, simultaneamente, se enquadram no tema tratado neste Colóquio.

## **II) Aceitação dos efluentes como fertilizante**

Os dados recolhidos a partir do inquérito a todas as explorações existentes no concelho permitem dizer que existem, nas 58 explorações suinícolas, 45 sistemas de lagunagem, oferecendo uma capacidade de armazenamento de cerca de 367.000 m<sup>3</sup> de efluentes. O principal problema que se levanta no concelho não é relativo à armazenagem de efluentes mas sim relativo à melhor solução de destino final.

Encarar os efluentes como fertilizante parece ser, à luz do conhecimento científico actual, uma boa solução para muitas zonas em que os solos, a rede hidrológica e as explorações agrícolas o permitam. Mas é necessário assumir tal desígnio clara e oficialmente. Será que os suinicultores se encaram a si próprios como produtores de um fertilizante? Dos dados recolhidos percebe-se que, sendo o espalhamento de efluentes uma prática corrente tanto em culturas diversas como na floresta, ela só é admitida por alguns e menos ainda são aqueles que o fazem de uma forma esclarecida e metódica. Um dos motivos para tal actuação é a imagem de poluente absoluta que está associada ao conjunto da produção suinícola intensiva, por contraponto a outras práticas agro-pecuárias.

Apesar da utilização deste fertilizante se fazer quase sempre oficiosamente, certo é que esta permite o estabelecimento de trocas e contactos entre os suinicultores e outros agricultores detentores de outras culturas. Mas também aqui esta separação de papéis não corresponde totalmente à verdade já que muitos produtores porcos têm outras actividades, com carácter complementar ou

mesmo principal. Por outro lado, o espalhamento dos efluentes é correntemente feito por vários outros agricultores que não possuem suínos.

Ao verificar tudo isto será legítimo questionar que conhecimento existe sobre as características e quantidades de efluente produzido – apenas a resposta é extremamente vaga e poucos são os técnicos que se atrevem a dizer algo sobre o assunto.

### **III) Racionalização de práticas agro-ambientais**

Constata-se que o planeamento está ausente (ou quase) na utilização dos efluentes e sua complementaridade com outros fertilizantes. Da mesma forma não é estudada a sua compatibilização com as características do meio e das culturas em presença. Mas como racionalizar práticas agro-ambientais quando se desconhece a essência daquilo com que se está a lidar e apenas se pode contar com o que vai surgindo diante dos olhos? É o saber de experiência feito que predomina, mais do que qualquer aconselhamento, o qual é quase sempre inexistente. Pode, inclusivé, afirmar-se que não é agradável para muitos dos técnicos contactados discutir o efluente enquanto fertilizante, pois eles têm que assumir o seu próprio alheamento do assunto e também o facto de, frequentemente, deverem veicular uma certa visão oficial que rejeita o espalhamento de efluentes enquanto solução de destino final.

Sobressai aqui a importância de um Projecto desta natureza, que procura avaliar, o mais fielmente possível, o produto, as suas vantagens e condicionantes. Procura dar-se uma visão que integre o espalhamento de efluentes numa lógica global de resolução dos problemas ambientais relacionados com a suinicultura intensiva.

#### **IV) O papel de entidades públicas e privadas**

Dos contactos com os suinicultores resulta evidente a sensação de que as entidades públicas com poderes para intervir na matéria em causa não o fazem de forma pedagógica nem formativa. Resulta também evidente a sensação de que essas entidades exercem quase só um papel punitivo e, eventualmente, constituir-se-ão como canais para aplicação de verbas comunitárias destinadas à melhoria das suiniculturas.

A imagem sobre a actuação da edilidade camarária é, actualmente, mais positiva do que foi no passado, havendo uma postura de diálogo entre suinicultores e autoridades. Num concelho como este, em que a suinicultura tem um grande peso económico, cabe à Câmara integrar eficazmente esta actividade no conjunto da riqueza produzida.

O papel de um centro de investigação ou de uma universidade pode ser muito positivo a este nível, isto é, no fornecimento de conhecimento actualizado sobre os diversos problemas que vão surgindo. A generalidade dos produtores suinícolas encara positivamente um estudo como o que está a ser realizado no concelho, apesar de ser perceptível que alguns dos resultados poderão ir contra determinadas práticas correntes. É cada vez mais evidente que a maior parte daqueles sente que, para progredir na sua actividade, deverá respeitar determinados limites no que diz respeito a agressões ao meio ambiente – apenas isso deverá ser claramente demonstrado do ponto de vista técnico e economicamente aceitável. Não esquecer também o efeito moralizador e de arrasto que o estudo destes assuntos e o envolvimento dos produtores tem sobre aqueles que preferem prevaricar ou manterem-se alheios à evolução.

A associação de suinicultores com implantação regional teve e tem aqui um papel determinante. Por um lado tenta defender os interesses dos suinicultores e, por outro, procura convence-los e esclarece-los sobre as alterações legislativas que vão surgindo e sobre a necessidade de defender a qualidade do meio ambiente. É encarado com confiança o envolvimento da Associação num Projecto desta natureza, na dupla vertente de representante dos suinicultores e também na execução de várias tarefas de índole técnica e científica. Num futuro próximo caberá, provavelmente, às associações de agricultores um papel mais

esclarecido, tecnicamente abalizado e capacitado para a colaboração em estudos e implementação de acções hoje ainda muito centralizados nas entidades públicas, instituições universitárias e respectivos centros de investigação.

.....  
.....

Outubro de 2003